

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE PEDAGOGIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**VANESSA FREITAS DE LIRA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL, LIMITES E  
POSSIBILIDADES**

**CAJAZEIRAS – PB  
DEZEMBRO/2010**

**VANESSA FREITAS DE LIRA**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL, LIMITES E  
POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada à disciplina de  
Estágio Supervisionado em Docência, como  
exigência para a conclusão do curso de  
Pedagogia.

**ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup> Ms. Débia Suênia da Silva Sousa

**CAJAZEIRAS-PB  
DEZEMBRO/2010**



L768e Lira, Vanessa Freitas de.  
Educação inclusiva: delimitação conceitual, limites e possibilidades / Vanessa Freitas de Lira.- Cajazeiras, 2010.  
60f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2010.  
Contém Bibliografia.  
Não disponível em CD.

1. Educação inclusiva. 2. Escola Pública. 3. Cajazeiras - Paraíba - educação especial. 4. Alunos com necessidades educacionais especiais. I. Sousa, Débia Suênia da Silva. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 376

*Às minhas filhas, Emily e Evelin e à minha querida mãe, que são minhas grandes colaboradoras e incentivadoras nos meus projetos de vida e que sempre me dão coragem e luz para seguir o caminho traçado por Deus.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é o grande autor da minha vida e meu maior inspirador de todas as obras que realizo e que neste trabalho e em todo o meu viver está sempre me guiando e me inspirando e que me faz conduzir às veredas mais bonitas que já trilhei e que ainda vou trilhar.

À minha orientadora Ms. Débia Suênia que me conduziu com dedicação e determinação para que eu chegasse até aqui, e a partir daqui seguir caminhos para buscar cada vez mais o conhecimento para o meu crescimento como pessoa.

À todos que contribuíram direta ou indiretamente colaborando de algum modo para que este trabalho pudesse se realizar. E especialmente agradeço aos alunos do CAIC e do D. Moisés Coelho.

Agradeço ainda aos meus colegas pela convivência, pela tolerância e por todos os momentos que convivemos juntos durante todo o processo de construção de conhecimento na vida acadêmica, assim como todos os professores, coordenadores do curso e ao reitor que foram pessoas importantes nesses momentos acadêmicos.

E em especial a uma grande amiga, que hoje posso considerá-la como a irmã que não tive, a professora Especialista Janira Severina Amorim da Silva Lira, que com o seu jeito lindo, humana e dedicado, procura sempre ajudar aos que precisam dela com toda calma e paciência. Ela me ensinou a ver a vida por outro ângulo, pois foi uma pessoa que apareceu na minha vida para somar. A mesma fez a revisão ortográfica deste trabalho. Obrigada minha irmã.

*DEFICIENTE é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono de seu destino. E finalmente, a pior das deficiências, é ser miserável, pois "miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.*

Mário Quintana

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
BIBLIOTECA SETORIAL  
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

## RESUMO

Este trabalho propõe analisar a Educação Inclusiva em escolas da rede pública estadual e municipal, da cidade de Cajazeiras - PB, tendo como público alvo, os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE's), inseridos nas escolas: E.E.E.F. Dom Moisés Coelho e E.M.E.I.E.F. Antonio Tabosa Rodrigues - CAIC. Com intuito de aprofundar o estudo, a análise objetivou investigar as necessidades, os conflitos, medos e frustrações de crianças portadoras de necessidades especiais, tentando detectar como está sendo a implantação e os desafios dessa inclusão. O método utilizado para a realização dessa pesquisa, foi escolhido com base num estudo de natureza exploratória, com abordagem quanti-qualitativa, tendo como instrumento de coletas de dados entrevistas realizadas nas escolas, com alunos "ditos normais" e alunos com NEE's, onde essas entrevistas foram executadas, de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. Deste modo, o resultado da pesquisa foi relevante, pois houve a constatação, de que as dificuldades de aprendizagem dos alunos com NEE's são presentes no cotidiano da escola, por falta de formação especializada e capacitação dos professores e demais membros da comunidade escolar. Sendo assim, foi concluído que a Educação Inclusiva ainda não é efetiva nas escolas, por surgir sem rumo certo, com uma carência de um trabalho orientado, para que de fato aconteça a inclusão escolar, prevista pela lei federal.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação. Desafio. Conflito.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>CAPÍTULO I</b> .....	12
<b>1 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	12
1.1 Caracterização do Estudo .....	13
1.2 Local de Estudo .....	13
1.3 População e Amostra .....	14
1.4 Instrumentos de Coleta de Dados .....	15
<b>CAPÍTULO II</b> .....	18
<b>2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL, LIMITES E POSSIBILIDADES</b> .....	18
2.1 Inclusão: delimitação conceitual .....	19
2.2 Limites e Possibilidades .....	24
<b>CAPÍTULO III</b> .....	31
<b>3 PESQUISANDO E ANALISANDO OS MEDOS E ANGÚSTIAS DA INCLUSÃO ESCOLAR</b> .....	31
3.1. Análises sobre educação inclusiva.....	32
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	36
<b>4 SITUAÇÕES VIVIDAS EM SALA DE AULA</b> .....	36
4.1 A aprendizagem como meta principal .....	37
4.2 Considerações de situações reais da prática inclusiva .....	38
4.3. Recursos Metodológicos Aplicados .....	40
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	45
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48



## INTRODUÇÃO

O encontro com o “outro diferente” foi seguido de certo estranhamento e de sentimentos confusos que entrelaçaram uma relação marcada por vicissitudes, onde surgiram dúvidas, inquietações acerca da realidade que se processa a educação inclusiva atualmente no Brasil. Assim sendo, tomamos como estudo, pesquisar as necessidades, os conflitos, medos e frustrações de crianças portadoras de necessidades especiais, que com a nova proposta de inclusão sócio escolar, passa a conviver no seu “segundo lar” com crianças diferentes e com um potencial diferenciado do seu, levando-os muita das vezes a se sentirem ainda mais incapazes e diferentes de outros colegas.

Sabemos que é uma realidade e também é necessária a inclusão educacional. Dessa forma pretendemos detectar como está sendo implementador essa inclusão, especialmente no que se refere à exigência de atribuir um atendimento de caráter sócio educacional, levando em consideração a criança portadora de necessidades especiais como portadora de direitos e cidadania. O preconceito, a difícil integração das crianças nas escolas é um grande desafio, que nos propomos a analisar neste trabalho, com pesquisas e estudos realizados nas escolas que atendem crianças especiais.

Faz parte de nosso histórico cultural brasileiro identificar “o fenômeno da deficiência”, como marca de rejeições, discriminações e preconceitos, onde atitudes e sentimentos desse tipo passam a se contradizer a inclusão, gerando assim uma exclusão daqueles que já se sentem excluídos. E, como sabemos que a escola é um espaço de integração social, esperamos uma postura contrária perante a toda sociedade, com atitudes de respeito e cidadania.

Isso contribuirá para que a prática junto ao aluno incluído possa ser permeada por sensações de desespero, incapacidade e insegurança, que se desdobram em indagações quanto à validade da inclusão para esse aluno, mesmo estando inserido na classe regular. Procuramos compreender, ainda, como poderia ser atendida a demanda, advinda da presença de crianças especiais na sala de aula, dificultando o trabalho do professor, sem ele já formado para isso; quando este se vê confrontado com a questão “não saber o que fazer”, diante de uma situação complicada como essa. Mas temos consciência que não existem respostas prontas ou receitas. O que é provável é se deparar com a necessidade crescente, que leva o educador a

“descobrir” formas de como aproximar-se do educando e trabalhar para tornar-se um profissional com qualificação para o exercício profissional especializado.

Reconhecemos que a questão central deste estudo remete-nos a estudar a falta de experiência junto ao aluno com necessidades educacionais especiais, podendo citar casos de crianças com deficiência de visão, audição, entre outros. Questionamos ainda a prática pedagógica desenvolvida com alunos especiais, quais sejam: por que alguns alunos sentem mais dificuldades que outros? Como esses alunos vivenciam a realidade inclusiva? Quais os significados que atribuem o sentido para a educação da criança com alguma necessidade? Como se perceber diante do ser e estar incluído? A explanação de nosso trabalho tem o intuito de melhor situar nosso objetivo de alcançar a compreensão das dificuldades, dos medos e anseios das crianças portadoras de necessidades especiais, frente à sua inclusão no ensino regular, no sentido de investigar o modo como se dá o processo de adaptação no ensino regular.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede comum de ensino é, hoje, um grande desafio, já que essa dificuldade se refere a um processo educacional que visa a atender ao máximo a capacidade da criança com necessidades educacionais especiais – NEE's na classe regular, porém nem todas as escolas e, por conseguinte, nem todos os professores, estão preparados para atender adequadamente às necessidades destes educandos. E ainda, muitos profissionais da escola se opõem à inserção desses alunos e receiam não serem capazes de facilitar o seu desenvolvimento integral. Tomando como realidade esse fato, resolvemos desenvolver nossa pesquisa, focada nessa problemática para compreensão de uma concepção acerca da prática educativa que busca consolidar bases para a construção da escola inclusiva.

Algumas famílias de crianças com NEE's temem que esse contato seja prejudicial aos seus filhos, ou que este processo de inclusão venha a lhes causar maiores danos. Muitas escolas não aceitam a inserção por temer que a escola seja considerada indigna. Os pais ainda temem seus filhos não conseguirem manter um bom relacionamento com os demais alunos, e até as próprias crianças com NEE's temem não serem bem aceitas, serem tratadas com indiferença e preconceitos.

Não tão obstante ao vivenciarmos os estudos acadêmicos, e sem fugir à regra de tantos outros futuros profissionais encontrávamos naquele momento demasiadamente presos à visão do “bom aluno” como sendo aquele que “aprende”,

daí com o processo de inclusão deparamos com um educando com eficiência que rompe essa imagem ou esteriótipo, completamente avesso ao ideal vislumbrado. Por isso, ao deparamos com as dificuldades de aprendizagem desse aluno, nossa inquietação tornou-se iminente, traduzindo-se em angústia e nos levando a enveredar pela pesquisa relacionada a situações que envolvam a inclusão sócia educativa.

Diante disto, justificamos este estudo a fim de conhecer os medos apresentados pelas crianças com NEE's ao serem inseridos na escola de ensino regular, junto a outros alunos que não possuem as mesmas necessidades que eles. Nesse sentido, acreditamos que o desenvolvimento deste trabalho seja fundamental, a fim de elaborar futuras estratégias de enfrentamento destes medos e a, partir destas estratégias, criar projetos que permitam oportunizar de maneiras mais eficaz o acesso de crianças com necessidades educacionais especial na escola de ensino regular.

Este trabalho tem como objetivo analisar como as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais compreendem o processo de inclusão, focadas pelo medo de se tornarem um peso para as demais crianças / colegas de classe, bem como ser um motivo apontado para a discriminação sobre a escola que a acolheu. A abordagem dos objetivos em sua especificidade visa identificar os tipos de medos que as crianças com Necessidades Educacionais Especiais apresentam no contexto escolar, refletindo sobre as suas dificuldades de adaptação no ensino regular e, a partir dessa reflexão, estabelecer os pontos primordiais para uma inclusão, na qual todas as crianças possam estar envolvidas no processo ensino-aprendizagem sem medos e preconceitos.

Em sua estrutura, o trabalho é constituído por capítulos, conclusão e referências.

O primeiro capítulo tratará do percurso metodológico dos métodos adotados e dos instrumentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, bem como, a caracterização do local do estudo e os demais percursos metodológicos pertinentes ao estudo.

No segundo capítulo abordaremos alguns conceitos de educação inclusiva, apresentando uma delimitação conceitual à luz de uma literatura bastante rica sobre a temática, ainda abordando os marcos legais da inclusão, ou seja, as leis que fundamentam e regulamentam o processo de inclusão,

No terceiro capítulo serão abordados relatos de alunos de duas escolas do ensino fundamental das redes pública estadual e municipal de Cajazeiras, onde essas crianças demonstraram seus medos, suas angústias e suas expectativas junto ao novo sistema de ensino inclusivo, compreendendo assim a participação inclusiva dos alunos, dentro do processo de ensino aprendizagem.

O último e quarto capítulo trarão a análise do Estágio Supervisionado em Docência, de modo que será estreitamente relacionado com o objeto de estudo em questão - Educação inclusiva: Delimitação conceitual, limites e possibilidades.

# CAPÍTULO I

## 1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste momento, serão apresentados os métodos adotados e os instrumentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, bem como, a caracterização do local do estudo e os demais percursos metodológicos pertinentes ao estudo, bem como investigar os desafios de inclusão de crianças com NEE's na escola de ensino regular, quando optamos por estudo de natureza exploratória, com uma abordagem qualitativa que consiste em quantificar opiniões.

## 1.1 Caracterização do Estudo

A fim de investigar os desafios da inclusão de crianças com NEE's na escola de ensino regular, optamos por um estudo de natureza exploratória, com abordagem quanti-qualitativa. Segundo Gil (1995), pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo acerca do determinando fato. Esse tipo de pesquisa é realizada, especialmente, quando o tema escolhido é pouco explorado, como vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudo posterior.

Oliveira (1998) esclarece que a pesquisa quantitativa consiste em quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, porém o autor ressalta que não há distinção entre os métodos quanti-qualitativos, uma vez que o que é medido continua a ser uma qualidade.

Minayo (2002) relata que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

## 1.2 Local de Estudo

O estudo foi realizado inicialmente na E.E.E.F. Dom Moisés Coelho, localizada, na cidade de Cajazeiras - PB e, posteriormente, tendo continuidade na E.M.E.I.E.F. Antônio Tabosa Rodrigues- CAIC situada na mesma cidade. A segunda escola conta com um amplo espaço bastante arejado. A mesma possui um quadro de funcionários extenso, contando também com 1 diretor, 2 vice-diretores e uma coordenadora pedagógica e uma orientadora educacional especial.

Levando em consideração o espaço físico da escola, a mesma é composta de muitas salas de aula, amplas e arejadas, uma quadra poli esportiva, refeitório, uma biblioteca com um acervo bastante variado, sala de vídeo e máquina copiadora, salas de direção e coordenação pedagógica, laboratórios de ciências e informática recém inaugurados, 1 sala de professores, 1 auditório bem equipado com cadeiras estofadas, palco e ar condicionado em pleno funcionamento e, ainda, uma sala

multifuncional, banheiros masculinos e femininos tanto no andar de cima como no térreo, assim como na sala dos professores, na biblioteca e na quadra esportiva.

O público atendido pela a referida escola encontra-se na Educação Infantil e Ensino Fundamental do primeiro segmento com alunos com necessidades educacionais especiais, frequentando o turno matutino. No Ensino Fundamental, ainda funciona PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), durante os turnos da manhã e tarde; assim como o PROJOVEM com funcionamento durante a noite. O CAIC conta ainda com os projetos CAICART e um coral com integrantes de alunos da escola; a escola tem também um grêmio livre com participação e criação dos alunos da escola.

### **1.3 População e Amostra**

A amostra foi constituída de 05 alunos portadores de necessidades educacionais especiais, sendo 02 portadores de surdez, 02 deficientes visuais, 01 cadeirante que estudam na E.E.E.I.E.F. Dom Moisés Coelho, localizado na cidade de Cajazeiras - PB e com 05 alunos de ambos os sexos, tidos como normais da Escola Municipal Antônio Tabosa Rodrigues (CAIC) também localizada nesta cidade.

No que concerne às necessidades especiais apresentadas pelos alunos, dos quatro que participaram da pesquisa, há um deficiente visual, dois surdos e um aluno cadeirante. É bom destacar que a escola Dom Moisés Coelho conta hoje com aproximadamente, 25 alunos portadores de necessidades especiais, dentre estes, deficientes visuais, síndrome de down, surdez, cadeirantes, problemas de disfunção psicomotora, dentre outros. Para esclarecimentos quanto aos alunos do CAIC, podemos citar quer, além dos alunos ditos normais que foram entrevistados, vamos evidenciar os portadores com (N.E.E.s), sendo 02 do sexo feminino com síndrome de down, 02 do sexo masculino com paralisia cerebral, ainda 01 com surdez do sexo feminino e 01 menino e 01 menina com retardamento intelectual. Todos estes alunos com necessidades especiais também foram entrevistados.

## 1.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, utilizamos a observação, que partiu de registros realizados de imediato em fichas, associado a outros procedimentos, como o questionário e a entrevista. Ambos foram direcionados aos alunos e pais de alunos, que não possuíam a capacidade de respostas, dependendo de seus responsáveis para responder por eles. Este tipo de instrumento de trabalho de análise de observação é muito utilizado em pesquisa educacional, portanto optamos pela técnica do grupo pó focal, buscando coletar informações dos educandos através de sentimentos e opiniões expressas de uma maneira interativa. Referente a estes procedimentos vejamos o que nos esclarece GIL (apud MATOS, 2001, p. 58)

A observação é uma técnica muito utilizada, principalmente porque pode ser associada a outros procedimentos, por exemplo, a entrevista. Para ser considerada eficaz para a pesquisa científica, temos de observar, compreender o que é essencial e fazer o registro. Devemos ainda lembrar que a observação deve ser: Orientada por um objeto de pesquisa, planejada, registrada e ligada a proposições mais gerais, e que, além disso, deve ser submetida a controle de validade e precisão.

Quando nos remetemos ao termo observar, pode parecer uma prática bastante simplória e desgastada, porém se esta for realizada com planejamento e determinação, podemos colher resultados bastante coerentes e representativos, desde que seja associada a outras técnicas, como a entrevista, que serviu como elemento norteador para coletar dados importantes para estudo deste caso, tratado através de pesquisa científica, que nos forneceu dados verdadeiros e com muita precisão como instrumento de coleta de dados por meio da observação, técnica bastante utilizada e eficaz como nos confirma, o Gil, estudioso nesse assunto Gil,

Durante a pesquisa, foi elaborado um roteiro norteador para realização da entrevista. Nesse momento, a entrevista foi gravada por meio de uma máquina de filmagem, onde foram gravadas as respostas dos alunos. No caso da entrevista junto os alunos com surdez e deficiência visual, contou-se com o apoio de uma interprete que faz parte do quadro de funcionários da escola.

Como instrumentos utilizados para a coleta de dados, Gil garante que tanto a observação como a entrevista são dois instrumentos de caráter qualitativo para entender e analisar objetos de estudos para pesquisa científica. A entrevista



possibilita a flexibilidade nas respostas, coletando falas e registrando o que é mais importante para a temática abordada. Como enfoca Santos (2008, p. 5)

*A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas induzidas, estimuladas e gravadas, com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modo de vida ou outros aspectos da história contemporânea. E [...] move-se em terreno pluridisciplinar, pois utiliza muitas vezes música, literatura, lembranças, fontes iconográficas, documentação escrita, entre outras, para estimular a memória. (grifos do autor). (2008, p. 5).*

Também foi utilizado como instrumento de coleta de dados um portfólio - este organizado com os planos de aula e as atividades desenvolvidas durante o estágio e um diário de bordo.

No caso dessa pesquisa, o diário de bordo e o portfólio constituem-se como fontes de pesquisa documentais, pois neles estão registrado as atividades e as memórias relativas ao Estágio Supervisionado em Docência.

Essas fontes de pesquisas serviram-nos para entender e destacar as principais habilidades e dificuldades dos alunos no processo ensino aprendizagem que nos valeram como documentários ; o portfólio e o diário de bordo, onde foram registrados todas as experiências e dificuldades apresentadas durante o estágio supervisionado, resgatando assim todas as vivências apresentadas por professor / alunos e os demais integrantes da equipe escolar, servindo assim como fontes documentais. Veja como se refere Delgado

*Uma característica fundamental da metodologia qualitativa é sua singularidade e não compatibilidade com generalizações [...] Situa-se no terreno da contrageneralização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar as experiências humanas. [...] Não objetivo a história em si mesma, mas um dos possíveis registros do que passou sobre o que ficou como herança ou como memória. (DELGADO, 2006, p18).*

Os caminhos que nos levaram a compreensão de que outras questões foram construídas através de entrevistas, de análises de documentos escritos orais, serviram-se de referenciais teóricos sobre memórias registradas, servindo-se como identidade para colaborar metodologicamente como fios condutores para uma delimitação, construindo assim um passado vivo para aqueles que narram que se tornaram personagens formadores de reflexões de suas atividades

comportamentais, uma análise para uma sistematização e compreensões de fatos documentais.

## CAPÍTULO II

### 2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL, LIMITES E POSSIBILIDADES

Neste capítulo serão abordados alguns conceitos de educação inclusiva, apresentando uma delimitação conceitual, à luz de uma literatura bastante rica sobre a temática. Tratará ainda dos marcos legais da inclusão, ou seja, as leis que fundamentam e regulamentam o processo de inclusão, como as Conferências Internacionais, as inúmeras discussões do ponto de vista legal, internacional e nacionalmente e, por fim, serão apresentados os desafios para se - colocar em prática o processo de uma educação inclusiva que atenda de fato e de direito as princípios constitucionais que preconizam uma educação igualitária, indistintamente para todos, bem como, qual o perfil da escola inclusiva.

## 2.1 Inclusão: delimitação conceitual

A temática inclusão vem, nos dias atuais, sendo debatida com bastante veemência. Autores diversos procuram enfatizar a importância desse novo processo que está se articulando nos programas educacionais em quase todos os países.

Inclusão diz respeito ao acesso às oportunidades que todos os cidadãos devem ter como forma de se engajar na sociedade como ser participativo. É preciso que a relação as oportunidades e as características individuais não sejam marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública (CARVALHO, 2003).

A vez é de interromper o formalismo ao qual a escola está habituada e condicionada dentro de um radicalismo e um sistema burocrático na sua estruturação curricular o que compromete uma educação voltada para todas as bases sociais, a partir deste rompimento, é que o termo inclusão se encaixa como formalizador de novos paradigmas envolvendo assim, a atenção direcionada à participação de todos que fazem parte da sociedade para a institucionalização dos saberes.

Segundo Montoan (2006, p. 14) “, a inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos traçando”.

O mundo hoje está se voltando para a compreensão dos meios culturais e sociais dos povos, surgindo uma nova ideia de formação cultural das sociedades num mesmo processo de atendimento, onde a escola é uma instituição que também está se modelando para esse novo paradigma frente às novas conexões entre as pessoas a fim de ofertar um melhor entendimento sobre esse momento inovador que estamos a viver.

De acordo com Sasaki (2005), o modelo educacional há muito já vem demonstrando sinais de fragilidade, sendo importante a tomada de novas concepções, novas transformações nos seus aspectos estruturais no que diz respeito ao seu olhar diante das diferenças.

O Brasil, por ser um país de multiplicidades culturais, sociais, étnicas e religiosas traz essas multiplicidades para o contexto escolar, fazendo com que estas sejam vistas com um olhar diferenciado, sentindo a necessidade de uma convivência próxima com essas diferenças e com outras diferenças, como é o caso, das

necessidades especiais a que muitos alunos estão condicionados. Nessa perspectiva, Mantoan nos esclarece que:

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ele é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (MANTOAN, 2006, p19).

O processo de inclusão vem realmente fazer mudanças no paradigma educacional. Essa nova proposta de inclusão sugere um novo sistema educacional com modalidades de ensino especial, inserido no ensino regular, onde as escolas tratem as diferenças sem discriminação e faça uso de uma prática pedagógica inclusiva com integração escolar; inserido assim o aluno especial, possibilitando-lhe meios de participação igualitária como cidadão que é, pois todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

O principal objetivo da educação inclusiva é inserir a criança com necessidades especiais de modo integral no ambiente escolar, já que estes são excluídos pela sociedade e muitas vezes pela família. Daí a escola toma para si, a responsabilidade da inclusão com uma proposta de organização no sistema de ensino, considerando as necessidades de todos os alunos, para que de fato a plenitude de inclusão aconteça.

A inclusão, numa visão global, compreende o acesso igualitário e o oferecimento de oportunidades a todas as pessoas sem discriminação, sem concessões ou regalias por conta das diferenças ou das necessidades que algumas pessoas apresentam em relação a outras. Portanto, Carvalho nos faz refletir que:

Pensar na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares sem lhes oferecer ajuda e apoio, bem como a seus professores e familiares, parece o mesmo que inseri-lo sejam como número de matrícula, seja como mais uma carteira na sala de aula (CARVALHO, 2003, p.17).

Fica evidente, que não basta apenas arrumar um espaço para receber alunos com necessidades educacionais especiais. A inclusão além de gerenciar um espaço para esses alunos, torna-os capazes de receberem total apoio diante de suas dificuldades, para isso, é necessário fazer com que os próprios alunos, como os professores e seus familiares também estejam preparados para esse momento de

inclusão, ou seja, todos precisam estar preparados para assumir seus papéis de mediadores e promotores desta condição de inserção. Significa dizer que:

Educação inclusiva e processos vitais são, no fundo, dimensões atualizáveis das mesmas coisas. A vida é uma experimentação que suscita o desejo de estar no mundo e vivê-lo em *aprendências*, logo a prática inclusiva deve ter, por princípio, *fazer-viver o/a outro/a*, de forma planejada e intencional, pois reconhecemos que a prática do trabalhador social é profissional e/ou profissionalizável, envolvendo técnicas e tecnologias que são criadas e apropriadas pelos mesmos para promover uma educação escolar ou não-escolar inclusiva (e até mesmo o contrário disso: o deseducativo ou o não-educativo, caso se proponha a desconstruir algo). (ASSMANN, 2004, p. 101).

Marcos importantes fizeram da inclusão um tema em ascensão e que diante das adversidades encontradas pelos alunos com diferenças de fazerem parte do processo de construção da cidadania de uma nação. Essa atitude tomada em 1854, por D. Pedro II, que foi instituída pelo Decreto Imperial nº 1.428, na Capital do Rio de Janeiro, pode ser considerado o primeiro passo para a inclusão no Brasil, claro que numa escola especialmente para cegos, mas que isso já representava na época uma participação na sociedade para as crianças cegas daquele estado, no Imperial Instituto dos meninos cegos, que serviu como um marco de inclusão social para deficientes visuais, no século XIX. Conforme Mazzota

O atendimento escolar especial às pessoas com deficiência teve seu início, no Brasil, na década de cinquenta do século passado. Foi em 12 de setembro de 1854, que D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428, fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. (1996, p. 25).

A escola tida como regular tende hoje a inserir-se num novo modelo, onde as escolas especiais poderão romper com os paradigmas e as bases que colocavam em lados opostos estes dois tipos de escolas. Com a quebra dessa separação, a escola regular e a escola especial permitem que o aluno nesse regime especial possa transitar sobre ambas.

De acordo Mantoan (2001), foi na década de 90 e início do século XXI que a discussão acerca da inclusão começou a atingir seu apogeu, pois esta é uma história de longos anos de lutas e conquistas em várias sociedades, e por ser importante a descrição de algumas Leis, Decretos e Declarações que fizeram do

movimento da inclusão algo muito forte e de muita importância para a sociedade. Nesse bojo,

A preocupação com a educação envolvendo pessoas diferentes pode ser observada no Brasil, desde o final do século IX, quando o Estado dispôs sobre a Fundação do Instituto dos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) e do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, mas é apenas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4024/61 – Brasil (1984), que se faz referência à pessoa com deficiência, já se pretendendo nesta época, enquadrá-la, dentro do possível na educação regular, garantindo-se de outro lado o apoio financeiro às instituições particulares que se mostrassem eficientes para atuar na Educação especial (KASSAR, 1988, p.121).

Nestes últimos 20 anos, a educação especial, aos olhos da Lei Federal, vem refletindo um significativo crescimento dessa área no setor educacional, especificamente, nos sistemas de ensino. Com os dispositivos criados em Leis Específicas e Complementares, bem como, nos tratados que foram e estão sendo elaborados ainda, acredita-se haver um impulsionamento desta nova prática inclusiva em todas as escolas do Brasil e do mundo.

Na Constituição de 1988, que contém vários dispositivos relacionados às pessoas com deficiência, destaca-se, na educação, o inciso III do Artigo 208, definindo como dever do Estado o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2006, p. 38).

Com o dispositivo deste artigo, os governantes ficam obrigados a desenvolver uma política educacional que seja direcionada para a participação de todos dentro da escola comum, não podendo haver discriminação, selecionamento e distribuição de escolas definindo quem elas podem ou não atender. Pois os trâmites da lei são bastante claros quando se fala em atendimento dos portadores de deficiência no ensino regular.

No entanto, estas políticas não podem apenas ser adotadas, porque é dever para as escolas de ensino regular receber a todos os alunos indistintamente. Nesse caso, é necessário que algumas providências sejam adotadas, tais quais, como: citar o melhoramento do espaço físico, a preparação dos profissionais para lidar com essa nova situação, qualificação e treinamento, além de disponibilizar vários outros recursos que se farão viável para a inteira acessibilidade dessas pessoas no ensino regular.

A Declaração de Salamanca, é sem dúvida o mais importante documento que traduz a necessidade de uma educação inclusiva, cujo objetivo é fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão. Este documento visa à inclusão educacional de maneira total, tendo o apoio de documentos como a Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ou seja,

A Declaração da Salamanca é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. (QUEIROZ, 2002, p. 102).

Sob esse prisma, uma iniciativa muito importante por parte do Ministério da Educação foi:

A resolução CNE/CEB no. 02/2001 – Conselho Nacional da Educação (2001), instituiu as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, deliberando que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento a este tipo de educando, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (SAVIANE, 2005, p.37).

Para tornar este documento possível, deve-se constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. Assim,

Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LDB 9394/96, amparam as pessoas com necessidades educacionais especiais, destacando seus direitos, mas muitas vezes estes não são cumpridos em sua integridade, por diversos motivos como falta de formação e informação dos docentes, pouca atuação da equipe pedagógica, e um grande distanciamento da sociedade, pois esta muitas vezes não admite a inclusão destas pessoas, sendo que muitas empresas não possuem pessoas portadoras de necessidades especiais em seu quadro de funcionários, e as que possuem muitas vezes é para cumprir alguma lei, não oferecendo a estas a oportunidade de mostrar suas qualidades. (QUEIROZ, 2002, p.96).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96 são instrumentos importantes que fomentam os princípios que devem ser adotados para promover a prática da inclusão de pessoas com necessidades especiais dentro do ensino



regular, criando condições legais para que esse processo não seja apenas um escrito sobre linhas, mas sim, parte de diretrizes legais que regem os princípios legais de direito para todos, independentemente de suas condições físicas, sociais, econômicas ou raciais.

Diante de tudo isso, pode-se observar que a inclusão não é um processo que surge do nada, mas sim, embasado em discussões no âmbito mundial, o que mostra a preocupação tida para com as pessoas cujas necessidades especiais em muitos momentos são tratadas com preconceitos, como algo anormal que impede a convivência harmônica entre essas pessoas no convívio normal de outras pessoas.

## 2.2 Limites e Possibilidades

A escola inclusiva é ainda uma condição que requer muitos desafios, sendo, pois, uma condição para modernização e reestruturação das atuais conjecturas pedagógicas a que estão desveladas as escolas públicas e privadas brasileira, especialmente, as escolas de ensino básico.

São inúmeros os desafios a ser enfrentados com fins a construção de uma escola inclusiva, onde a inclusão não seja apenas uma condição física, mas também voltada para as tendências psicopedagógicas, com novas metodologias de ensino que possam envolver a todos de maneira indiferenciada. Neste caso, deverá fazer parte dos desafios da escola inclusiva recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender e um ensino que não segrega e reprova a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Conforme menciona Carvalho, quando diz que:

Um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e estar na sociedade de forma participativa; onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não

são marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública [...] (2003, p.161).

Nesse sentido, a inclusão não deve ser apenas um projeto novo a ser encaixado nas escolas, mas deve atender, principalmente, aos anseios dessa nova clientela, onde as escolas passem a reconhecer a dar o devido valor a esses alunos incluídos e a todos os demais de maneira uniforme, descomedida, de maneira a atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional, cultural dos alunos.

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito a ser inserido no contexto da inclusão dentro das salas de aulas, onde esse propósito possa alcançar o senso ético, crítico e reflexivo dos alunos, referendado pelo que deve ser ensinado e como esse ensino deve ser pragmatizado. É preciso superar ainda, a visão conservadora de que as escolas de qualidade são as que enchem as cabeças dos alunos com datas, fórmulas, conceitos justapostos, fragmentados.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede comum de ensino é hoje, um grande desafio, já que essa dificuldade se refere a um processo educacional que visa atender ao máximo a capacidade da criança com necessidades educacionais especiais – NEE's na classe regular, na qual nem todas as escolas e, por consequente, nem tampouco, os professores, não estão preparados para atender adequadamente às necessidades desses educandos. E ainda, muitos profissionais da escola se opõem à inserção desses alunos e receiam não serem capazes de facilitar o seu desenvolvimento integral como um todo.

Algumas famílias de crianças que têm NEE's temem que esse contato seja prejudicial aos seus filhos, ou não dignifique a escola. Pais de crianças com deficiência têm medo de que seus filhos tenham dificuldade no relacionamento interpessoal na escola. O fato é que o próprio portador de deficiência não foi ensinado e encorajado a enfrentar o mundo e a sociedade com confiança em si próprio.

O aluno deve desenvolver sua habilidade de emancipação com relação ao ato de aprender e não de submissão com relação ao professor. E, quanto mais heterogêneo for o grupo (a turma), maiores são as possibilidades de novos aprendizados. A educação autêntica não é do professor "para" o aluno; não é do

professor “sobre” o aluno; é do professor “com” o aluno, do aluno “com” o professor, do aluno “com” o aluno, é de todos “com” todos.

Neste caso, o perfil da escola inclusiva configura-se por transformações de ordem física e social, pedagógico-metodológica, qualificação profissional e investimentos técnico-científicos que venham a subsidiar os instrumentos adequados para que o professor e o aluno possam estar servidos para uma boa prática educativa inclusiva.

Ao adotar a prática inclusiva como um objetivo de curto prazo, as políticas públicas desconsideram que os ambientes físicos não estão preparados para receber esses indivíduos e que a adequação desses espaços vai exigir um grande investimento em infra-estrutura e equipamentos, cujas verbas geralmente inexistem.

As políticas de educação não avançam como deveriam, ou seja, acompanhando as inovações e não questionam a produção da identidade e da diferença nas escolas. E uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E ainda, essa neutralização vem do próprio sistema educacional, que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas de ensino para melhorar a sua qualidade.

Mantoan (1997, p. 61) ainda afirma que “a ética em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. Contrariar a perspectiva de uma escola que se pauta pela igualdade de oportunidades é fazer a diferença, reconhecê-la e valorizá-la”.

A autora enfatiza portanto, que é preciso antes de tudo reconhecer as diferenças culturais, a pluralidade das manifestações intelectuais, sociais e afetivas. Precisamos construir uma nova ética escolar que advém de uma consciência ao mesmo tempo individual, social e, porque não, planetária.

Diante desses fatores, necessário se faz que sejam praticadas mudanças na escola, que haja a reorganização das escolas e, para que isso seja possível, é importante que se propicie um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. Esse projeto, que já se chamou de plano de curso e de outros nomes parecidos, é uma ferramenta de vital importância para que as diretrizes gerais da escola sejam traçadas com realismo e responsabilidade. Não faz parte da cultura escolar a proposição de um documento de tal natureza e extensão, elaborado com autonomia e participação de todos os segmentos que a compõem.

Ele parte do diagnóstico da demanda, penetra fundo nos pontos positivos e fracos dos trabalhos desenvolvidos, define prioridades de atuação, objetivos, propõe iniciativas, ações, com metas responsáveis para coordená-las.

Sob essa ótica,

A inclusão implica mudanças do atual paradigma educacional – que algum tempo mostra sinais de esgotamento, e nesse vácuo de idéias que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações – para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçando. ( MANTOAN, 2005,p.79).

Os dados do projeto-político pedagógico esclarecem ao diretor, aos professores, coordenadores, funcionários e pais sobre a clientela, os recursos, humanos e materiais de que a escola dispõe.

Os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino, a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas e serão revistos e modificados com base no que for definido pelo projeto político pedagógico de cada escola. Sem os conhecimentos levantados por esse projeto é impossível elaborar currículos que reflitam o meio social e cultural do alunado.

A inclusão não prevê a utilização de métodos e técnicas de ensino específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta essa condição e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, mas de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existam para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

É por demais importante que as práticas pedagógicas possam atingir a todos os alunos de maneira indistinta, no que o professor seja preparado, qualificado para desenvolver o papel de mediador da inclusão, porém para isso, é indispensável que também se pense na melhor formação dos professores, uma vez que estes precisam melhorar suas práticas pedagógicas de maneira a atender o processo de acessibilidade a todos.

O professor precisa ter tempo para refletir e adequar as suas práticas pedagógicas aos novos desafios sem comprometer a qualidade de seu trabalho. O processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais causa extremas

mudanças e, por vezes, desconforto na sala de aula. Não apenas os professores precisam estar capacitados para enfrentar esse novo desafio, mas principalmente, alunos, pais e comunidade precisam compreender como a convivência com alunos incluídos poderá enriquecer a formação humana de seus membros.

Portanto, é oportuno dizer que:

O processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão. (STOBAUS; MOSQUERA, 2006, p.24).

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes alimentadoras dos indesejáveis estigmas. Ao contrário, pondo em andamento na comunidade escola, uma conscientização crescente acerca dos direitos de cada um.

Com relação aos recursos pedagógicos, é fundamental criar condições básicas essenciais para permitir um processo efetivo de inclusão no ensino, no qual qualquer criança possa acessar todos os espaços de tal escola e participar de todas as atividades escolares com segurança, conforto e maior independência possível, de acordo com suas habilidades e limitações. Infelizmente, os recursos existentes nas nossas escolas ainda são insuficientes.

O sentido puro da inclusão é o respeito às diversidades apresentadas pelas pessoas, sejam quais forem essas diversidades, não podendo esquecer em momento algum que, apesar das diferenças, as pessoas com necessidades especiais possuem saberes diferentes os quais também fazem parte da construção de novos saberes e que precisam estar conjuntamente inseridos num mesmo espaço democratizante, seja na escola, seja em qualquer outro segmento social.

Sob essa perspectiva, a educação inclusiva pode ser entendida como "o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus níveis, da pré-escola ao quarto grau" (STOBAUS; MOSQUERA, 2006, p. 24).

Portanto, a inclusão deve existir em todos os níveis educacionais, atendendo indistintamente os anseios dessa população que necessita de uma atenção especial, mas não discriminatória. Essa população considerada portadores de necessidades especiais apesar de suas limitações, físicas, visuais ou auditivas, não pode jamais ser tratada de maneira excludente, uma vez que possui saberes dos quais também são responsáveis pelas construções de novos saberes e que abrangerá a todos de forma uniforme.

É natural que o professor se ache despreparado para trabalhar com crianças com necessidades especiais, pois nem sempre o educador reconhece ou aceita que cada criança possui necessidades individuais, habilidades e interesses únicos de aprendizagem. Nesse sentido, é preciso que o professor passe por uma qualificação ou formação que o prepare para os desafios que, possivelmente, enfrentará numa sala com tantas diferenças humanas, que sejam as diversidades culturais, intelectuais, religiosas. Desse modo ele poderá desempenhar uma prática pedagógica direcionada a cada necessidade específica do alunado.

A inclusão é sem dúvida um tema que está em voga, porém não basta apenas ter portas abertas para todos, é preciso também estar preparado para receber esses indivíduos e inseri-los juntamente às crianças do ensino regular com direitos igualitários, pois essas crianças com NEE's quase sempre possuem uma resistência quanto à integração social, por isso não basta estarem apenas matriculados na escola regular, é preciso criar condições para que eles venham a participar de modo inclusivo, nessa nova proposta educacional, com o apoio da instituição, dos professores, funcionários e sociedade em geral. Diante de tantas medidas a serem tomadas para facilitar o acesso à inclusão, é preciso a eliminação de barreiras arquitetônicas existentes nos prédios escolares, oferecendo, assim, pleno direito de locomoção das pessoas com limitações, pois não é preciso somente a conscientização é fundamental a ação.

É evidente que a sociedade de modo geral tem batalhado e obtido algumas conquistas, mas em sala de aula ainda é muito restrita, a integração das crianças com NEE's. Na maioria das vezes, está sendo feita meramente para cumprimento da lei. O que ocorre é que geralmente o professor recebe a criança a aceita na sala de aula, mas não a tolera, no seu íntimo a rejeita, ignora-a, não possibilitando métodos que atenda às especificidades da criança com necessidades especiais.

Diante de tantos empecilhos e limitações, felizmente alguns profissionais acreditam que uma inclusão total é possível, buscando meios e dicas, para que de fato aconteça uma inclusão escolar empenhando-se dessa forma nas aulas e nos recursos pedagógicos, para somar em sua prática pedagógica. Outros, porém não conseguem libertar-se de preconceitos e de hábitos que atrapalham a inclusão totalitária, não permitindo que o crescimento e desenvolvimento intelectual profissional e humano da criança, possam se desenvolver, impedindo a socialização e a quebra de paradigmas e conceitos ultrapassados, possibilitando, assim, para o fracasso social e humano nas crianças carentes de atenção e necessidades. São esses e outros fatores que dificultam e não permitem um repensar de ações para novos propósitos e metodologias educacionais.

## **CAPÍTULO III**

### **3. PESQUISANDO E ANALISANDO OS MEDOS E ANGÚSTIAS DA INCLUSÃO ESCOLAR**

Neste capítulo, apresentamos relatos de alunos, demonstrando seus medos e angústias nas experiências vividas no âmbito escolar inclusivo, compreendendo dessa forma, o relacionamento destes alunos perante o processo ensino e aprendizagem.



### 3.1. Análises sobre educação inclusiva

Para os alunos que participaram deste estudo o que mais lhes causou medo no primeiro momento em que foram para a escola de ensino regular pela primeira vez, foi ver que os mesmos enfrentariam momentos angustiantes ao deparar-se com uma nova situação presente na sua vida escolar inclusiva. Percebemos que o encontro inicial ocorreu com sensações de ansiedade, medo de não serem bem aceitos; uma situação estranha a princípio, segundo o aluno "Y" que procura ficar sozinho, num cantinho separado, mas que com o passar do tempo essa sensação foi dando lugar uma melhor comunicação, onde o respeito e o carinho desse sentimento promove um bom relacionamento entre os colegas de maneira significativa, promissora, acolhedora e como descreveu um dos alunos, um momento legal, pois vão conseguindo fazer grandes amigos. "Y" diz que:

Ver a quantidade de alunos que a escola tinha; medo de não conseguir se adaptar aos métodos da escola; não receber uma boa atenção por parte dos demais alunos; não conseguir aprender; não conseguir manter contato com os outros alunos; que os alunos não os tratem bem; passar por brincadeiras desagradáveis, mas depois ficar tudo legal. (25/09/2009 entrevista com aluno "Y" do D. Moisés).

É compreensível o medo no primeiro momento, isso não só acontece com alunos portadores de necessidades especiais. No entanto, os medos destes alunos são mais acentuados por não terem o conhecimento de como serão recebidos, como a escola está preparada para recebê-los. Isso causa-lhes um medo redobrado.

Segundo Carvalho (2003), é um evento natural que uma criança com necessidades especiais sinta-se angustiado quando passa a frequentar uma escola de ensino regular por não ter um conhecimento ou por não ter uma noção exata do que poderá encontrar. Mas estes alunos, em virtude de suas necessidades, produzem em si mesmo uma astúcia, liberando assim fortes emoções no sentido de proteção e adaptação ao novo ambiente.

Segundo Mantoan (2005) os alunos com necessidades educacionais especiais precisam acreditar primeiramente na sua própria capacidade de adaptação e inserção, por isso, é muito importante que haja uma preparação destes alunos para sua inclusão no ensino regular, bem como a escola que irá receber estes alunos também deve promover uma preparação a fim de quebrar

preconceitos, ou por não saber lidar com a nova situação. A esse respeito, Carvalho (2003, p. 161) enfatiza que

Um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e estar na sociedade de forma participativa; onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não são marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública [...].

A inclusão não deve ser apenas um projeto novo a ser encaixado nas escolas, mas deve atender, principalmente, aos anseios dessa nova clientela, onde as escolas passem a reconhecer e dar o devido valor a esses alunos incluídos e a aos demais de maneira uniforme, descomedida, de maneira a poder atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional, cultural dos alunos.

Percebeu-se quanto as dificuldades sentidas por estes alunos no que concerne a sua estada na escola de ensino regular, que são inúmeras as dificuldades, podendo mencionar a falta de recursos materiais, o domínio de linguagem especial, turmas numerosas e a falta de estrutura física da escola. A falta de material didático que possibilite atender ao aluno com deficiência na visão, bem como, um acompanhamento por parte do educador no seu processo de ensino-aprendizagem são algumas deficiências que a escola enfrenta para receber um aluno com problema na visão. Já no que diz respeito a atender um aluno com problemas na fala e na audição (surdo e mudo), o desconhecimento da linguagem de sinais é um dos fatores que contribuem para as dificuldades da aprendizagem destes alunos. Essa falta de acompanhamento se dar por conta das turmas serem bem numerosas e isso dificulta para que o professor possa oferecer uma atenção mais voltada para esses alunos com necessidades educacionais especiais. A falta de estrutura física também é visivelmente um dos grandes fatores para que os alunos com NEEs sintam dificuldades de adaptação dentro da escola. Neste sentido, Sassaki (2003, p, 41) observa que:

Os benefícios inclusivos são múltiplos para todos os envolvidos com as escolas – todos os alunos, professores e a sociedade em geral. A facilitação programática e sustentadora da inclusão na organização e nos processos das escolas e das salas de aula é vista como um fator decisivo no sucesso.

Mas que para se chegar a esse sucesso todo o apoio para alunos e professores deve ser integrado – e associado – a uma reestruturação das escolas e das classes. Os apoios devem ser centrais, e não periféricos, à educação regular, o que significa que não basta apenas falar a educação inclusiva, faz-se necessário promovê-la com condições reais e autênticas.

Os alunos que fizeram parte do estudo concebem a inclusão como uma realidade possível de ser, e mesmo repleta de obstáculos a serem vencidos, sabem da importância e eles próprios acreditarem na inclusão. Alimentam a crença de que a inclusão exige uma maior disposição, demonstrando sentimentos de segurança e capacidade, frente às demandas do aluno, que em razão da sua deficiência, surge por demais “destoantes” daquele educando tido como “regular”.

Pouco a pouco, a sensação de impotência, que antes representava sinônimo de paralisia, cede lugar a um trabalho de construção de estratégias que venham contribuir para a aprendizagem do educando. Nesse processo, o próprio aluno deve estar aberto à experiência, se põe aprendiz de suas próprias necessidades, possibilitando-se para sua (auto) construção dos conhecimentos, visto agora para além da sua deficiência.

A maneira como o aluno com necessidades educacionais especiais se relaciona com o professor, com os demais alunos e com o fenômeno da deficiência na escola regular, decorre do modo como a percebe, mediante sua realidade psíquicoafetiva. O convívio com o aluno com necessidades educacionais especiais desfaz a imagem de completude, de saber tudo, oriunda, na maioria das vezes, da formação inicial recebida que repercute no saber-fazer do professor em sala de aula.

Despertar-se, pois, que na presença do aluno com deficiência, o professor e demais alunos e o próprio aluno portador da necessidade são convidados, constantemente, à criação e (re)invenção de suas ações e de si mesmo, num movimento de busca por estratégias que venham conferir a aprendizagem do educando.

Muito embora essas crianças tenham na inclusão, uma escolha, à medida que têm a oportunidade de conviver com outros alunos com deficiência e “sem deficiências” é identificável os resultados positivos pelo menos no que diz respeito ao processo de adaptação o que gera sentimentos de satisfação e realização. O aluno se sente recompensado, sobretudo, a partir do momento em que enxerga que os resultados da inclusão já é que uma prática reconhecida.

Este contato com os alunos portadores de necessidades especiais da E.E.E.I.F. Dom Moises Coelho, bem como, com os sete alunos que também apresentam necessidades educacionais especiais na Escola Antônio Tabosa Rodrigues (CAIC) foi importante, uma vez que, mesmo não sendo suficiente para obter um panorama de como estes alunos compreendem a inclusão, pelo menos nos possibilitou conhecer alguns dos seus medos e de suas dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar frente a esta nova perspectiva educacional que é a inclusão.

## CAPÍTULO IV

### 4. SITUAÇÕES VIVIDAS EM SALA DE AULA

Neste capítulo, trataremos dos procedimentos metodológicos, desenvolvidos durante o Estágio Supervisionado em Docência, onde enfocaremos a aprendizagem como meta principal e a prática de inclusão de estudantes com (NEE's) em salas regulares que buscam superar desafios encontrados nos mais variados aspectos que envolvem a temática em estudo. Assim como o tema pesquisado, será analisado diante de uma real situação, envolvendo recursos metodológicos aplicados para alunos considerados "normais" **versus** alunos com NEE's, levando em consideração a interação entre os mesmos elementos comportamentais geradores de atitudes inclusivas e ainda a possibilidade de aprendizagem para os distintos tipos de alunos. E, finalmente, analisaremos a prática inclusiva, como processo participativo de cidadania, levando em consideração os recursos, os desafios, a preparação do corpo docente e todo um processo participativo para fazer valer a inclusão na escola moderna.

## 4.1 A aprendizagem como meta principal

Aqui será enfocada a aprendizagem como meta principal; como superação de desafios na educação de alunos com (NEE's) e alunos considerados "normais", buscando contemplar aspectos que envolvam procedimentos metodológicos dirigidos a uma inclusão efetiva, levando em consideração as diferenças individuais e assim respeitando cada limitação de aprendizagem.

O estágio foi realizado com alunos do 1º ano (ensino fundamental) dentro de uma faixa etária, entre 7 e 8 anos, somando-se a uma aluna com 10 anos de idade com (NEE's), que tem pouca participação nas aulas, não somente pelo fato de suas necessidades educacionais especiais, mas pela falta de disciplina, assiduidade, uma vez que esta tem síndrome de down e, em algumas vezes, encontra-se impossibilitada de frequentar a escola por motivo de doença. Talvez por frequentar a escola raramente, quando retorna à escola, mostra-se com um comportamento agressivo, chegando na maioria das vezes a atrapalhar as aulas e ainda a influenciar no comportamento das outras crianças e assim desviando a atenção dos mesmos, mas para assegurar a aprendizagem e a disciplina a estagiária manteve sua postura de professora em sala de aula, contornando aquelas situações, buscando sanar da melhor forma possível aquelas circunstâncias, como afirma Barreiro(2006).

Além do importante papel de avaliar as crianças no seu desenvolvimento cognitivo, afetivo o professor deve ter ainda formação política para entender, criticar e procurar soluções para diferentes problemas vivenciados no sistema educacional. (p.88)

Quando já sanado aquele episódio conturbado na sala, que era geralmente a retirada da referida aluna para a sala Multifuncional, onde atende alunos com (NEE's), atendimento este prestado por uma professora especializada no assunto, a turma voltava ao normal e, a partir daí, as aulas seguiam seu desenvolvimento conforme foi planejado. Nessa perspectiva, a meta a ser alcançada começava a se cumprir, objetivando-se a aprendizagem de modo significativo para aquelas crianças, cujas aulas eram desenvolvidas de modo lúdico, causando assim o envolvimento da turma, conforme Diário de bordo:

Outro momento bastante proveitoso e divertido foi a hora da "rodinha de leitura", quando todos nós nos reunimos para lermos os "livrinhos do folclore", acompanhado do CD; com parlendas, cantigas de roda, adivinhações, trava-línguas e histórias de mitos e lendas do folclore brasileiro. Esse momento foi de muita integração e prazer para os alunos, como eu pude perceber. (25/08/2010).

Conforme relato acima do Diário de bordo, os outros alunos sem deficiência intelectual encontram-se bastante desenvolvido intelectualmente, pois nos seus processos cognitivos alguns já se encontram lendo e outros com leitura pré-silábica e uma pequena minoria que ainda não lê, já conhece todas as letras do alfabeto e ainda domina e relaciona alguns números à sua quantidade. Aproveitando esse desenvolvimento cognitivo da classe, tivemos a convicção de que nossa meta estava cumprindo-se, uma vez que os alunos correspondiam às atividades lançadas como diagnóstico para medir o nível de conhecimento da turma e também que tipo de metodologia de ensino estávamos aplicando. E o resultado nos proporciona a certeza de que o estágio que estávamos desenvolvendo, efetivamente serviu para promover ainda mais o potencial da aprendizagem daquelas crianças.

Mesmo com os desafios e a falta de experiência para lidar com crianças com necessidades educacionais, em nenhum momento perdeu-se o foco do estágio, pois em nossas análises entendemos que houve um desenvolvimento pleno de aprendizagem, apenas com exceção da aluna com Síndrome de DONW, que como já foi citado, ela quase não frequenta a escola e por esse motivo nosso contato com ela foi bastante limitado, mas, por outro lado, sabemos que trabalhar com crianças ditas normais ou que trabalhar com crianças com NEE's são experiências permeadas de desafios, limitações, mas, se trabalhado de modo bem planejado e orientado, existem grandes possibilidades de superação e satisfação, atingindo a aprendizagem como meta principal.

#### **4.2 Considerações de situações reais da prática inclusiva**

A partir do momento em que a educação inclusiva passa a ser reconhecida e exigida nas escolas convencionais, esta ganha um reconhecimento, e é valorizada como diversidade e como fator primordial no processo educacional, provocando assim mudanças na escola, na formação dos docentes e ainda propondo uma

modificação radical na educação com a intenção de beneficiar e adequar, atendendo desse modo, às necessidades de alunos especiais e os “ditos normais”.

Diante de tantos debates referentes à inclusão, não podemos negar um fato também polêmico que é o modo como acontece essa atitude inclusiva, já que se trata-se de inovações educacionais; abalam assim a identidade profissional, o sistema de ensino, transparecendo as dificuldades e resistência dessa prática por parte dos professores, dos colegas e até mesmo dos gestores, muitas das vezes alegando despreparação profissional especializada no assunto. Conforme afirma Mantoan, quando diz:

O argumento mais freqüente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho. Tentarei discutir brevemente essa preparação na formação inicial e em serviço, sempre com base em minha experiência de formadora nessas duas opções. (2006, p. 53)

Com base nos pensamentos defendidos pela maioria dos estudiosos nesse assunto, de uma educação totalmente inclusiva, podemos mirar por outro ângulo e cair na real, concordando que é necessário e constitucional a prática da inclusão, porém não podemos negar, que apesar de tantos “mitos” evidenciados, a real situação é outra. Encontramos escolas com crianças com (NEE`s) que estão lá, participando de uma escola com educação inclusiva tutelada, uma escola que não está adequadamente preparada para tal prática e assim dificultando o trabalho na sala de aula, junto aos outros alunos especiais, alunos estes que quase sempre, além de ter alguma “síndrome”, a indisciplina que é gerada, pelo que se observa, pela falta de limites e determinação por parte dos pais que os tratam como coitadinhos e com um exagero de piedade e que a cada dia essa postura vai se tornando muitas vezes mais graves do que a própria necessidade especial educativa que aquela criança apresenta. Diante desse quadro comportamental, a inclusão não se torna eficaz como deveria ser, e, além disso, outros fatores influem numa educação igualitária para todos.

Para aqui mostrarmos situações reais da prática de inclusão que agora é uma bandeira a ser defendida, porém sem muitos questionamentos quanto verdadeiro processo inclusivo, apresentamos o comportamento da aluna com (NEE`s), com Síndrome de Down, desta escola, que serviu como objeto de estudo, de acordo com o Diário de Bordo



Como na referida sala há uma aluna com deficiência intelectual, há a necessidade da atuação de duas professoras, mesmo porque a aluna com (NEE's) ainda não conseguiu socialização junto aos demais colegas de classe e aos outros integrantes da equipe escolar, como as professoras que sofrem agressões físicas, como puxavões de cabelos, beliscões praticados pela aluna. (23/08/2010).

Como a educação inclusiva está sendo uma transformação nacional nas escolas, desde a Educação Infantil até a Universidade, não podemos negar que isso é um ato imprescindível e real, mas, por outro lado sabemos que isso é complicado e desafiador, pois trata-se de uma inovação nas áreas educativa, e como novidade, muito ainda se tem a transformar e adaptar, e sendo assim, gera insegurança e medo de errar, já que se trata de uma proposta grandiosa, com necessidade de reajuste em todos os sentidos para se fazer o melhor possível e vir a dar certo com funcionalidade. Porém sabemos que apesar das grandes expectativas, a educação especial, em algumas escolas ainda não está acontecendo, talvez por falta de preparação, por resistência a adesão inclusiva e por todas as barreiras encontradas. Por tudo isso, a educação inclusiva ainda não aconteceu efetivamente, quem sabe ainda por falta de uma metodologia adequada, e, para isso, teremos que reaprender ou aprender, como aprendemos nas universidades e até mesmo na prática, uma pedagogia voltada para crianças consideradas normais e esta torna-se inviável para crianças especiais

Baseado em situações reais referentes à prática inclusiva, durante o estágio, podemos concluir de que ainda está longe uma educação idealizada para alunos com necessidades educacionais especiais, mesmo os governos preocupando-se em criar leis que assegurem a inclusão e obrigando as escolas a aceitarem esses alunos; a escola ainda não possui o devido preparo e os professores ainda não estão devidamente capacitados para tal responsabilidade.

### **4.3. Recursos Metodológicos Aplicados**

Como sabemos, a aprendizagem acontece de acordo com o processo de ensino e, para que isso ocorra em grande plenitude, vai depender dos métodos aplicados pelo professor. Quando este desenvolve meios para promover a aprendizagem de seus alunos de diferentes formas, já que os alunos são seres individuais e, sendo assim, nem todos aprendem da mesma maneira, cabe ao

professor desenvolver técnicas pedagógicas para uma boa aprendizagem dos discentes. Referente a essas ideias Pimenta define que:

A essência da atividade (prática) do professor é do ensino aprendizagem. Ou seja, é o conhecimento técnico prático de como garante que a aprendizagem se realize em consequência da atividade de ensinar. Envolve, portanto, o conhecimento, o objetivo o estabelecimento de finalidades e intervenção para que a realidade seja transformada enquanto realidade social. Isto é, a aprendizagem precisa ser compreendida enquanto determinada por uma realidade histórico social. (1995, p. 61).

O estágio ocorreu dentro de uma expectativa satisfatória, uma vez que já conhecíamos a turma, durante momentos presentes na escola para fazermos as entrevistas e na aula teste, quando esta foi realizada justamente na semana do "Dia das mães", cuja aula foi introduzida com uma dinâmicas, de chocolate, com o nome de cada aluno no chocolate demonstrando, assim, um bom relacionamento entre a estagiária e alunos. Com esses primeiros encontros a estagiária e os alunos já estavam com um certo grau de conhecimento e segurança que facilitou o relacionamento da turma com a mesma.

Como o aluno é o protagonista da história, pensamos em uma metodologia que satisfizesse o educando para que então se disse o processo do ensino aprendizagem de modos lúdicos, interativos e muito divertido, para que não cansasse os alunos e despertasse interesse nos mesmos, para que ocorresse a aprendizagem.

Procuramos ainda seguir a rotina de sala e dar continuidade aos conteúdos estudados com as professoras titulares. Conforme o Diário de Bordo:

A primeira aula, além de ter sido iniciada com a rotina de classe, com as orações diárias, foi também dado início com uma dinâmica de uma parlenda, já conhecida pelos alunos, da qual eles gostavam muito, pois foi muito divertida essa brincadeira com envolvimento de todos. (24/08/2010).

Todas as aulas foram desenvolvidas a partir de um tema gerador, seguindo-se aos conteúdos estudados, para que não fosse quebrado o andamento do processo ensino aprendizagem da turma. Nesses dias em que se processou o estágio, foram estudados dois temas: o Folclore brasileiro e os Meios de comunicação que foram expostos de modo sistematizado, de modo interdisciplinar,

obedecendo, assim aos elementos contidos no plano de aula com práticas interessantes e divertidas através de material concreto.

Os recursos metodológicos utilizados nas aulas foram os mais variados possíveis disponibilizados na escola e disponíveis pela estagiária, por exemplo, contamos com 4 livrinhos do Folclore brasileiro; com lendas, parlendas adivinhas e cantigas de rodas, os alunos acompanhados de um CD e ilustrações que serviram para tornar as aulas mais dinâmicas e divertidas, proporcionando dessa forma, uma aprendizagem significativa e participativa, desenvolvendo as próprias possibilidades cognitivas, atitudinais e morais dos alunos. As memórias do Diário de Bordo que:

As atividades foram xerocopiadas com tarefas a serem realizadas a partir do tema gerador (Folclore), que facilitou a aprendizagem e o interesse dos discentes, principalmente porque foi trabalhado o tema de modo lúdico, utilizando-se músicas, mitos, lendas e outros elementos que fazem parte da cultura brasileira. (24/08/2010).

No terceiro dia, iniciamos a aula, cantando a cantiga popular "pirulito que bate, bate", com distribuição de pirulitos. Um fato que chamou a atenção foi a obediência dos alunos que só chuparam o pirulito no momento certo, na hora do recreio, como lhes foi orientado e assim eles fizeram, como o combinado. Registrado no diário de Bordo

Neste dia, trabalhamos ainda outra cantiga popular "Peixe Vivo", acompanhado de música em mãos, cuja foi realizada uma leitura coletiva e em seguida, leitura ilustrada", quando a professora estagiária, "chamava" as palavras do texto e os alunos tinham que encontrá-la, lendo e colorindo a palavra encontrada. Foi um momento muito positivo e divertido de fazer leitura. (DIÁRIO DE BORDO, 26/08/2010)

Outro momento prazeroso foi a oficina com dobraduras do "peixinho", quando os alunos se divertiram e aprenderam mais um pouco sobre os peixes, de forma lúdica. Um ponto bastante positivo a se considerar era o momento da revisão do que foi estudado no dia, pois os alunos sabiam responder as perguntas referentes ao aprendizado, mostrando isso com respostas corretas e entusiasmo sobre o assunto estudado. De acordo com o PCN (Parâmetros curriculares nacionais) terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental p.93).

O aluno precisa tomar para si a necessidade e a vontade de aprender. No entanto, essa disposição para a aprendizagem não depende dele, mas demanda que a prática didática garanta condições para que essa atitude favorável se manifeste e prevaleça. Primeiramente, a expectativa que o

professor tem do tipo de aprendizagens de seus alunos fica definido no contrato didático é a determinação, explícita ou implícita, do que compete a cada um, professor e aluno, no processo de ensino aprendizagem, ou seja, a responsabilidade de gerenciar como cada um age diante do outro e do saber.

Para concluir, vê-se o papel do professor no processo de ensino aprendizagem como responsável pela aprendizagem do aluno, fazendo com que o aluno sinta-se como sujeito do seu conhecimento, seguindo em frente, tornando-se capaz de progredir nos aspectos cognitivos, afetivos e emocionais, demonstrando assim uma aprendizagem significativa; caso os recursos metodológicos forem bem aplicados. Sobre essa afirmativa, Marcilene Popper Gomes nos esclarece

O sócio-interacionismo ou Teoria Histórico-Cultural, propõe a compreensão do desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança (pensamento, linguagem, consciência, vontade), tendo como fundamento que tal processo, somente ocorre a partir das interações sociais que são sempre mediada, através de um elemento intermediário. [...] O professor como mediador do processo de ensino aprendizagem da criança, deve atuar no sentido de favorecer o desenvolvimento das funções que estão em prestes a se desenvolver, auxiliando assim no processo de conhecimento da criança. Os jogos e os brinquedos infantis ocupam, um lugar central na teoria histórico-cultural, pois quando utilizado na prática pedagógica estes permitem a criança avançar, evoluir de forma integral, porque é capaz de permitir vivências, atuação, estímulo o lado cognitivo e o efetivo. Podemos concluir que no jogo a criança vive um modo de pensar, de sentir e agir. Neste sentido nenhum conhecimento é construído pelo sujeito sozinho, mas sim em parceria com os outros, que são mediadores (2003,P.1).

Como podemos observar em momentos anteriores neste capítulo, fizemos uso do portfólio, onde registramos todos os procedimentos durante o estágio supervisionado, e assim este documento, portanto serviu de orientações e reflexões de nossa prática durante o estágio, com registro dos planos de aula, dos momentos especiais e rotineiros que ocorreram, os momentos dos avanços e das dificuldades, das emoções, enfim, isso nos serviu como um documento memorial que servirá para análises e críticas que nos levarão a mudar ou aprimorar nossas práticas educacionais e metodológicas. Decca (1998, p. 24) nos fala melhor sobre memória:

às vezes, temos a impressão de que a história procura se comunicar, nesse seu retorno à narrativa, como este seu elo perdido, que é a tradição dos relatos orais que tiveram e ainda tem grande significado para a manutenção das memórias coletivas. Narrar é uma maneira que nossa cultura encontrou de lidar com o tempo e com o anunciado retorno da narrativa, talvez seja um sinal de uma reorientação das relações entre passado, presente e futuro.

Para confirmar o pensamento do autor citado, vejamos um relato sobre o último dia do estágio: (03/09/2010).

Hoje é sexta-feira, um dia de muitas expectativas; tanto para os alunos, como para mim. Para as crianças, porque elas já estavam vendo todas a ornamentação da festa, que foi organizada com ajuda das professoras e da funcionária da Portaria do andar de cima a Karla, e para mim a expectativa era grande porque eu aguardava a professora com grande nervosismo. A aula continuou já em clima de festa, com muito entusiasmo e inquietação, pois nesse dia os alunos não conseguiram conter a ansiedade pelo momento da festa e da distribuição das sacolinhas com os brindes, mas mesmo assim, no primeiro momento a aula aconteceu e só no segundo momento que foi realizada a festinha preparada para os alunos. (DIÁRIO DE BORDO, 03/09/2010)

Com esta citação, podemos conferir através destes relatos orais, rememorando o estágio realizado que servirá para avaliação deste trabalho, quando fizemos uso do portfólio, cujo está registrado momento e reflexões ocorridas durante o estágio supervisionado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de análises empreendidas durante este trabalho, concluímos que a inclusão dos alunos com necessidade educacionais especiais na rede comum de ensino é, atualmente, um grande desafio, por se tratar de um processo educacional que tem como proposta atender às crianças com (NEE'S) na escola regular, mas que infelizmente nem todas as escolas nem todos os professores, estão dispostos a um serviço especializado às necessidades destes educando. E ainda há uma resistência de outros componentes da escola que se opõem à prática inclusiva desses alunos com receio de confirmar suas incapacidades de desenvolver um trabalho inadequado ao educando e assim negando-lhes seu desenvolvimento integral e inclusivo.

Considerando o atual sistema de ensino de inclusão, torna-se urgente uma postura criativa, possibilitando assim um trabalho diferenciado junto ao estudante especial, buscando perspectiva de sucesso através de formação e informação sobre a inclusão educacional, que por esse processo vê-se a exigência do educador partir em busca de metodologias, inovadoras, qualificadas, que atendam às necessidades daqueles alunos que são alvos de uma integração social dentro e fora da escola para isso se faz necessário a construção de uma prática acolhedora e participativa.

Com base nesta perspectiva de estudos, sabemos que a inclusão educacional tem uma atuação legal, representando no paradigma de direitos assegurados pela constituição brasileira, que viabiliza assim, mudanças nas questões das políticas assistenciais, que são evidenciadas nos marcos legais da inclusão, fundamentados nas leis que regulamentam o processo de inclusão, garantindo assim a atuação desses alunos com exercício de cidadania.

E para que este trabalho fosse considerado o objetivo de estudos em questão – educação inclusiva: delimitação conceitual, limites e possibilidades, foram apresentado fundamentos teóricos para melhor compreensão desta pesquisa com pensamentos de autores especialistas no assunto para melhor esclarecimento deste estudo, que viabilizaram o entendimento e estudo dos limites e possibilidades de inclusão de alunos especiais, junto à uma escola regular. No que diz respeito a exigências de atribuir um atendimento de caráter sócio-educativo, inclusive,

compreender o estudante como um portador de direitos e deveres dentro de uma instituição de ensino, assim também na sua vida fora da escola.

Durante este trabalho, alguns questionamentos colocados aqui, não como argumentos conclusivos ou verdadeiros, irrevogáveis e únicos, mas tão somente como análises que tiveram como fundamentos, questionários, entrevistas e observações de práticas pedagógicas observadas estudadas por parte dos educadores, assim como a metodologia utilizada para o desenvolvimento de um trabalho realizado para com as crianças “normais” e as com necessidades especiais. Conduzida pelo imediatismo da observação e experiência durante a atuação na sala pela estagiária e pelos alunos respectivamente, entende-se essa análise o grau de dificuldades ao trabalhar os conteúdos em uma sala tão diferenciada com alunos especiais e alunos ditos “normais”.

As análises foram realizadas através de estudo de caso e tiveram como objetivo pesquisar e compreender a prática inclusiva na sala de aula com alunos especiais e alunos considerados normais. Tornamos como fonte de pesquisa duas escolas desta cidade: E. E. E. F. Don Moisés Coelho e a E. E. E. F. Antonio Tabosa Rodrigues, sendo entrevistados alunos e pais de alunos incapacitados de dar informações pertinentes aos estudos realizados para assim entendermos seus limites e possibilidades de uma educação inclusiva.

Para compreensão deste estudo, ainda podemos observarmos desafios encontrados em escolas que atuam como promotoras da educação inclusiva. Que nos fizeram ver e refletir a importância da inclusão para o bem estar social de crianças com necessidades intelectuais. É preciso que elas sejam vistas como um ser pensante e capaz de escrever funções na sociedade, aptos a desenvolverem habilidades construídas durante sua participação na escola, mesmo que esta não seja uma participação efetiva como podemos notar no processo de desenvolvimento deste trabalho junto aos alunos com NEE's.

Como conclusão na qualidade de pesquisadores e professores, admitirmos a problemática existente nas escolas inclusivas, compreendermos a falta de capacitação por parte das escolas e professores para então trabalhar com esse aluno tão especial no processo de ensino aprendizagem, que possa capacitá-los para atuação na sociedade como cidadão participativo com seus direitos assegurados de acordo com a Constituição Brasileira, desenvolvendo, assim um caráter sócio – educativo, digno de respeito e compreensão. E para que isso possa

ser realidade, devemos partir em busca da construção de uma escola de fato inclusiva.

Admitimos ainda a existência de uma outra problemática que se observa nas escolas regulares que atendem crianças com (NEE's); como podemos verificar ainda, a falta de preparação por parte do corpo docente, dos gestores e dos demais integrantes da escola, assim também como da própria escola que se apresenta como um sistema de ensino inclusivo, mas que ainda deixa muito a desejar e que não cumpre seu principal objetivo que é promover a educação inclusiva para os alunos com (NEE's).



## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação: Rumo à sociedade aprendente**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 251 p. ISBN 85-326-2024-8.

BRASIL, **Revista Brasileira Saúde da Família**. Políticas Nacional de Atenção Básica. Brasília, jan/mar, 2006.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

DECCA, Edgar Salvadori de. Questões teórico-metodológicas da história. In SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (Orgs.). **História e História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

DELGADO, Lucília de Almeida N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

FONTES Documentais: **Portifólio**, Cajazeiras, 23/08/2010 a 03/09/2010. **Diário de Bordo**, Cajazeiras, 23/08/2010 a 03/09/2010.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

KASSAR, M. Situação da educação especial no Brasil, diante da legislação existente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. nº3. Maio, 1988, vol.9.

\_\_\_\_\_. **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais**. Campinas: Papyrus, 1995.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão escolar – caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: **Ensaio pedagógicos**. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. p. 11 – 16.

\_\_\_\_\_. Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/ SENAC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, edições científicas, 2001.

\_\_\_\_\_. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In D.E. G. Rosa, V.D. de Souza (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** (pp.79-93). Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. O Direito À Diferença Na Igualdade Dos Direitos – Questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. In: BATISTA, Cristina Abranches Mota. (Org). **Ética da Inclusão.** Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2005.

MINAYO apud MARCONI, A. M; LAKATOS, M. E. **Metodologia Científica.** 4 ed. Sao Paulo: Atlas, 2002, p.271.

OLIVEIRA, Romualdo P.; e CATANI, Afranio A. M. **Constituições estaduais brasileiras e educação.** São Paulo: Cortez, 1998.

PRESTES, M. L. de M. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia.** 2 ed. São Paulo: Rêspel, 2003; p.26.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** Brasília, v. 54, n. 137, p. 3869, maio/ago, 2002.

RIBEIRO, Valéria Cristina Gomes. O direito à inclusão social das pessoas portadoras de deficiência: um caminho para o exercício da democracia. **Jus Navigandi,** Teresina, ano 6, n. 53, jan. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2546>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

SANTOS, Jurandir dos. **História Oral, Fontes Documentais e Narrativas como Recursos Metodológicos na Educação.** Disponível em: <<http://www.zonadigital.com.br/redes/adm2/bib/HIST%C3%93RIA%20ORAL,%20FONTES%20DOCUMENTAIS%20E%20NARRATIVAS%20COMO%20RECURSOS.pdf>>. Acesso em: 17 de nov. de 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos.** 6 ed., Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Pressupostos da educação inclusiva. In: Educação inclusiva: conceito e prática.** Palestra, 2003.

SAVIANI, D. **Política e educação do Brasil. O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino.** 2 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1998.

STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. Educação Inclusiva: um olhar sobre Educação Especial. **Educação-PUCRS.** Porto Alegre, ano XXXIII, n.142, p.129-142, nov. 2006.